

**TEMPO HISTÓRICO, SISTEMAS ECONÔMICOS E RELAÇÕES SOCIAIS: DO
TEMPO “NATURAL” AO TEMPO “ACELERADO”.**

Ana Paula Sobreira Bezerra
Professora do CAA da Universidade Federal de Pernambuco
anapsobreira@gmail.com

Glaudionor Gomes Barbosa
Professor do CAA da Universidade Federal de Pernambuco
glaudionorbarbosa@gmail.com

Resumo

O artigo escolhe como objeto a relação entre o tempo e história. Desse modo, o objetivo proposto é discutir o tempo não apenas como substância da história, mas principalmente como problema da História. É fato que o tempo cíclico dominava a experiência dos povos nômades, porque são as mesmas condições que se reencontram perante eles a cada momento da sua passagem. Antes do advento do capitalismo e durante todo o tempo que denominamos simplificarmente de feudalismo o produtor direto, o artesão trabalhava em média quatro horas por dia; a sociedade industrial inventou longas jornadas de trabalho, facilitada pela invenção da iluminação a gás. Esta valorização do trabalho foi internalizada por dois meios. produção de um imaginário moral sobre o tempo e punições aos desperdiçadores de tempo. O fenômeno mais recente é de aceleração do tempo. De repente o rock tornou-se uma música mundial, os estudantes “assaltaram os céus em 1968”, a URSS ruiu e o capitalismo na sua crise de mais longa duração mostra sua incapacidade de resolver os reais problemas humanos.

Palavras-chaves: Tempo. Trabalho. Capitalismo. Controle. Aceleração.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é investigar, no nível teórico, as relações existentes entre o tempo e o trabalho humano, buscando compreender de que formas o tempo pode ser o elemento-chave no controle e na exploração dos trabalhadores. Quanto à estruturação, o artigo é composto de cinco seções, incluindo essa introdução. A seção dois discute a relação entre tempo e história; na seção três é feita uma contraposição entre os conceitos de tempo cíclico e tempo linear; na seção quatro é discutida a relação tempo, trabalho e valor; na seção cinco é feito um aprofundamento da seção anterior.

2. Tempo e História

Toda percepção do tempo é percepção de mudança. Mesmo em sociedades estáticas, a experiência individual e coletiva é de que ocorrem mudanças, mesmo quando a vida parece se

repetir. Na ausência de outras referências, o ser humano envelhece, os filhos crescem, casam e surgem os netos. Alguns parentes, amigos e vizinhos adoecem e morrem. Não há história sem tempo nem tempo sem história.

Bloch (2001, 50-55) numa obra, que com toda razão se tornou um clássico, num esforço de construção de uma definição para a História, fala da mesma como ciência dos homens, para acrescentar em seguida “dos homens, no tempo”. Assim, o historiador pensa o humano, mas a atmosfera em que o pensamento ocorre é a categoria da duração. Numa linguagem, pode-se dizer poética, Bloch argumenta que o tempo é um *continuum*, e é, também, perpétua mudança. Ou seja, o tempo é, e já não é.

Falar em “volta do acontecimento” como fez Nora (1979) não significa — e esta não parece ter sido a intenção do Autor, mas não se pode dizer o mesmo dos vulgarizadores — que deixou de existir um *continuum* tempo passado-tempo presente-tempo futuro. A desintegração da União Soviética foi um acontecimento. Pode ser lido na curtíssima duração? Pode. Contudo, aquele acontecimento se liga à própria constituição daquela experiência pioneira de socialismo num só país e numa sociedade asiática e atrasada do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e das instituições políticas. Liga-se, portanto, a “tese do elo mais fraco” de Lênin. Liga-se, também, ao rompimento violento da clássica aliança operário-camponesa, com as requisições de gêneros alimentícios para abastecer minimamente as massas urbanas famintas e depois com as coletivizações forçadas do período stalinista. Está ligada às dificuldades da economia soviética a partir dos anos setenta do século XX. Também está ligada a perda de controle da liderança sobre a “*Glasnost*” e a “*Perestroika*”. Pode-se dizer que a Rússia foi definitivamente ganha para o “mundo” ocidental? Os últimos acontecimentos não permitem uma resposta simples.

Parece haver um consenso entre os historiadores, independente de suas afinidades eletivas, rusgas políticas ou idiossincrasias ideológicas, de que o tempo histórico é diferente do tempo de outras ciências. Assim, o tempo para um projétil atingir um determinado alvo, dados a força de impulsão inicial, o peso e formato do projétil, resistência do ar e velocidade do vento, entre outras variáveis que poderiam ser acrescentadas, é de X segundos. O historiador sabe que o

tempo, matéria da experiência humana, pode ser dilatado ou condensado. Quantas vezes, na história, um ano não condensou uma década?

O tempo é tanto o material que registra e articula a narrativa historiográfica, quanto é experiência individual, coletiva e da civilização. Desse modo, cada sociedade tem noções sobre o tempo: cíclico ou linear; lento ou acelerado; estático ou dinâmico. Há sempre uma forte tensão entre a história (representada pelo historiador) e o tempo. O historiador vive o presente — é resultado de uma vivência curta — é não só influenciado pelo presente, mas de certo modo é prisioneiro dele. E o que o historiador pretende é estudar o passado.

Tome-se o exemplo da história econômica e social. Existe um tipo de História de longa duração que investiga, por exemplo, as lentas mudanças na agricultura; outra dos ciclos em geral: tendências seculares, flutuações estacionais, flutuações cíclicas e flutuações esporádicas. No caso das flutuações cíclicas ou ciclos específicos, têm-se os seguintes tipos: ciclo de Kitchin, ciclo de Juglar e ciclo de Kondratieff. Existe um tempo curtíssimo, como das cotações diárias das Bolsas de Valores ou do câmbio diário.

A questão do tempo em história é tão fundamental que está na própria base das teorias que dão formato ao problema, à análise e à narrativa. Veja-se o caso do século que vivemos a maior parte de nossas vidas, ou seja, o século XX. Ele foi curto e longo para dois pensadores fundamentais de nossa época: Hobsbawm e Arrighi. Afinal o século XX foi breve ou longo?¹

Durante muitos séculos os homens levantavam da cama porque o sol nascia ou porque o galo cantava, dormiam porque o sol se deitava e a lua se levantava. O canto dos pássaros, o movimento dos animais no curral eram sinais fundamentais para organizar a vida pessoal e social. Não se sabia em que hora estavam, nem isto se constituía problema algum. Em geral, as pessoas, também, não sabiam que idade tinham, não conheciam nem festejavam uma data de aniversário. Não se marcava encontros e quando alguém desejava falar com outro, simplesmente ia a sua procura e se não o encontrava isto não era necessariamente motivo de aborrecimentos. Voltava-se outro dia.

¹ O século XX foi **breve** para Hobsbawm e **longo** para Arrighi.

O que é importante destacar é que mesmo depois da invenção do relógio mecânico no século XIV, o tempo continuou sendo essencialmente um tempo cíclico. O ano tinha um começo emocional que era o desabrochar das primeiras flores ou da sementeira. Não havia necessidade de se dividir o dia em horas, mas sim em refeições. As estações do ano, os cultos religiosos, as tarefas de ordenhar os animais, observar o cio e as fêmeas pejadas e o próprio estômago, definiam as rotinas e marcavam o tempo.

O fato é que a Idade Média foi um período de total desimportância — com exceção das instituições políticas, com a Igreja e as Municipalidades — pela precisão cronológica. A vida não era encarada como fluxo contínuo e sim como ciclos ritualizados. A falta de importância pelo tempo linear era tamanha que não havia um ciclo regular para a semana de trabalho. Referenciais culturais determinavam normas de comportamento laboral, onde se alternavam períodos de trabalho muito intenso com períodos de muita ociosidade.

É do século XIV para o XV que surge o primeiro grande conflito entre a mentalidade do tempo cíclico, natural e da inexistência de precisão com a nova mentalidade do tempo-valor introduzida pelos mercadores. Quem apresentou oposição aos princípios econômicos introduzidos pelos mercadores foi a Igreja, não por razões essencialmente anticapitalistas e sim por total incompatibilidade entre o tempo natural e o tempo dos mercadores. O ponto da discórdia foi a usura. Não podia ser de outro modo, pois a mesma era o elemento mais visível e escandaloso da nova mentalidade. Ser contra a usura, significava ser contrário a venda do tempo. Negociar o tempo parecia à maioria aos homens da época² uma prática moralmente condenável.

Ao definir o mercador como usurário que vende uma substância que é simultaneamente divina e comum a todas as criaturas, a Igreja tentou expulsar não apenas o tempo linear e irreversível, mas o que viria a ser a substância do valor. O problema é que esta posição religiosa colocava em xeque o desenvolvimento do capitalismo mercantil, impedindo o avanço de instituições como o crédito, que teriam uma importância relativa na constituição da industrialização capitalista. O capitalismo venceu com o recuo da Igreja, até porque a transição

² Na verdade a venda do tempo continua parecendo absurda para muitos nos dias atuais, incluindo os autores deste trabalho.

não se deu apenas baseada nos empréstimos a juros, mas em mecanismos endógenos como os cercamentos e a gênese do arrendatário capitalista. De todo modo as escaramuças entre a Igreja e os mercadores tiveram papel preponderante nas mudanças que levaram a modernidade burguesa:

“O conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se pois em plena Idade Média, como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão da alteração das estruturas e das práticas econômicas. “ (LE GOFF, 1979: 45)

A questão central é que os mercadores em si negociavam o tempo na medida em que cobravam juros por vendas a prazo e em menor proporção pelo empréstimo de dinheiro, contudo os judeus faziam empréstimos a juros sem nenhum constrangimento. O grande trunfo do capitalismo não é o uso especulativo do capital-dinheiro, mas a transformação do capital-dinheiro em capital-produtivo e a conseqüente apropriação do valor-trabalho através do controle e uso do tempo de outros homens.

3. Tempo, trabalho, controle e valor.

A seção anterior introduziu a questão do tempo linear e irreversível, enquanto tempo-valor. Para se ter uma pálida idéia do que significou a chegada do tempo dos mercadores e depois do tempo capitalista, registre-se que a produção pré-capitalista nunca buscou a quantidade como meta. O artesão e o camponês não estavam muito preocupados com o tempo porque queriam fazer um trabalho bem feito. O tempo da produção era freqüentemente suspenso pelo tempo das diversões. Não havia um “problema do lazer”, pois a dimensão do tempo de festas era tal que, segundo Burke (1989), em 1703, os dias livres ainda representavam aproximadamente metade do tempo anual para os tecelões de Paris.

O tempo irreversível causou transtornos de diversas ordens. Criou-se nas pessoas uma melancolia da dissolução do mundo. Um mundo conhecido e relativamente seguro, estava desmoronando frente a outro mundo desconhecido. O impacto desse novo mundo no psiquismo das pessoas desenvolveu nelas uma verdadeira obsessão da morte. As grandes rebeliões camponesas da época não possuíam matriz estritamente econômica, pois eram também tentativas

de lutar contra uma história que os estavam tirando da certeza de uma vida duríssima, mas sustentada pelo patriarcalismo feudal para um vácuo material e emocional.

É neste sentido que a utopia milenarista de que havia um paraíso terrestre se vestiu com as roupas de uma religião histórica: o cristianismo primitivo. A Igreja oficial, temerosa dos caminhos que as massas poderiam trilhar, responde duramente informando que o paraíso já a muito estava instalado e era ela própria. Ou seja, a salvação estava na religião e no Clero oficial. As massas entenderam que a Igreja os estava abandonando, mas não entenderam que a operação que deveriam realizar não estava mais no terreno do mito, mas no terreno irregular, escorregadio e doloroso da história. Era necessária uma operação histórica (a expropriação dos expropriadores). As massas camponesas não sabiam como fazê-la.

Há uma constatação que precisa ser feita: as verdadeiras mudanças provocadas pela burguesia estiveram sempre associadas ao fator tempo. A apropriação do tempo, de tornar-se dono de cada segundo do tempo dos outros, sempre foi o grande sonho burguês. A burguesia queria não apenas usar produtivamente em proveito próprio o tempo alheio, mas queria aprisionar o tempo numa rede lógica, onde cada segundo era provocado para valer cada vez mais. Também, o tempo começou a ser usado como instrumento de controle de comportamento e segregação. Os “preguiçosos”, os desperdiçadores de tempo, mesmo os artistas e todos que de uma maneira ou de outra estivesse contra a nova ordem, eram considerados destruidores dessa substância especial que é o tempo e neste sentido era justo e necessário tirar deles o estatuto humano.

A obsessão pelo relógio, longe de ser um traço de neurose individual é parte de um comportamento geral internalizado nas pessoas pela aceitação inevitável das regras do capitalismo. É, portanto, uma neurose coletiva. Uma neurose que gera um nível de eficiência muito alto e permite a reprodução ampliada do sistema. Como a grande maioria controla, inconscientemente, o tempo em benefício do sistema, ou seja, de uma minoria que não trabalha, o processo se reproduz automaticamente baseado no tempo-valor.

Thompson (1998) apresenta o tempo pré-industrial como um tempo orientado pelas tarefas. E diz que este tipo de orientação é o mais adequado e eficaz em sociedades agrícolas. Este tempo por tarefa começa a apresentar problemas desde o momento que se introduz o trabalho

assalariado. Agora o pagamento do trabalho é custo efetivo de produção e precisa ser medido de forma conveniente.

Segundo Thompson (1998) quanto maior a sincronização do processo de trabalho maior a fiscalização do tempo, maior a necessidade de racionalização coletiva de seu uso³. Na manufatura doméstica o grau de sincronização ainda era muito baixo. Mesmo no *putting-out system* havia demoras para a entrega das matérias-primas. É só com a Grande Indústria que a sincronização tornou-se norma e o trabalho por tempo substituiu grandemente o trabalho por tarefa. Não significa dizer que o capitalista não possa realizar o pagamento por peça, isto é possível quando a gerência de produção conhece o tempo médio para produção de cada peça.

Quanto ao controle e a disciplina, não se pode dizer que foram invenções do capitalismo industrial, porém é evidente que foi no bojo deste sistema que eles se desenvolveram ao máximo. Thompson (1998) argumenta que os cercamentos e o permanente desenvolvimento agrícola geraram uma maior necessidade de otimização no uso do trabalho. Os cercamentos e o excedente cada vez maior de força de trabalho no final do século XVIII, endureceram a vida dos trabalhadores que optaram pelo emprego regular, dado que a outra alternativa era emprego parcial e assistência aos pobres. O emprego regular submetia os trabalhadores a uma disciplina muito exigente. Isto não era resultado, apenas, das técnicas novas e sim das observações dos patrões das necessidades dos pobres e da possibilidade de extrair mais produção dos mesmos em menor tempo.

Thompson (1998) mostra-se preocupado em demonstrar três questões simultaneamente. Primeiro como o tempo foi condicionado pela tecnologia e pela sincronização dos processos. Em segundo lugar, como o controle do tempo foi utilizado com o propósito de aumentar a exploração do trabalho. Finalmente, como os trabalhadores resistiram às mudanças. Começando pela última questão:

³ Quem conhece, mesmo por imagens, o funcionamento de uma primitiva fábrica de estilo fordista, com movimentos de esteira, sabe que nenhum trabalhador pode perder o “time” daquele processo, ou seja, um parafuso não colocado ou mal colocado retorna a peça ao começo do processo. Observe-se que se está a falar de uma rústica fábrica do início do século XX. As atuais e modernas requerem cuidados permanentes, até porque o controle está de fato com um computador.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

“[...] as preliminares da Revolução Industrial foram tão longas que se desenvolvera, nos distritos manufatureiros no início do século XVIII, uma cultura popular e reconhecida, que os propagandistas da disciplina consideravam com aflição. Josiah Tucker, o deão de Gloucester, declarou em 1745 que “as pessoas das classes inferiores” eram totalmente degeneradas. Os estrangeiros (pregava) consideravam “as pessoas comuns de nossas cidades populosas os miseráveis mais dissolutos e depravados na face da terra”; tanta brutalidade e insolência, tanta libertinagem e extravagância, tanta ociosidade, falta de religião, blasfêmias, pragas, tanto desprezo por tudo quanto é regra e autoridade [...]. O nosso povo se embebedou com a taça da liberdade.” (THOMPSON, 1998: 289, Nota 82)

O fato, historicamente reconhecido, é que a disciplina capitalista não foi imposta sem resistência. No começo uma resistência passiva, zombeteira: bebedeiras, palavrões, escárnios, andanças ou simplesmente o “fazer corpo mole”. Com o advento das fábricas têxteis e outras oficinas, a disputa se acentuou. No começo a estratégia dos mestres mais cruéis era de esconder dos trabalhadores a passagem do tempo. Não havia relógio de parede, apenas o patrão ou o supervisor podia usar relógio:

Apesar das resistências, os trabalhadores se adaptaram, depois de duas ou três gerações, ao sistema disciplinar do capitalismo industrial. Que forças foram utilizadas para fazer este ajuste de mentalidade e fazer a memória coletiva esquecer o tempo cíclico e aceitar o tempo-valor? A primeira é essencialmente econômica e apesar de já ter sido discutida por muitos autores não perdeu sua capacidade explicativa: o fantasma da fome empurrou os trabalhadores para dentro das fábricas. Mas apenas este fator é responsável pela mudança? Não. Contribuíram as pregações, milhões de vezes reiteradas, dos puritanos em geral. O metodismo⁴ desempenhou um papel importante neste condicionamento.

De fato o processo que levou à vitória do tempo-valor, começou quando o mercado público regido pelos costumes (a economia moral thompsoniana) foi substituído pelo mercado capitalista. Ou como bem refletiu Karl Polanyi:

“Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel”. (POLANYI, 1980: 137-138).

⁴ Thompson lembra que metodista vem de método e enfatiza uma forte relação entre o metodismo e a administração do tempo.

Com o desenvolvimento contínuo do capitalismo, este tempo irreversível, esse tempo-valor unifica o mundo inteiro. Apesar dos fusos horários, é pelo tempo de produção de mercadorias, divididos em fragmentos abstratos iguais, que o mundo capitalista se manifesta e se perpetua.

4. Capitalismo e Tempo de Trabalho

A jornada de trabalho depende de cada sociedade, e é um dado econômico, mas também político e histórico. Sociedades com baixa propensão para o esquecimento sempre tiveram pouco tempo de trabalho e indivisibilidade entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. A divisão do tempo em duas partes é algo recente na vida humana.

Segundo Rosso (1996, pp. 225-262) é possível se construir uma curva de jornada de trabalho formada por três elementos a saber: o alojamento, a jornada máxima e a redução de jornada.

Quando em sociedades modernas ocorre a generalização do assalariamento e nos períodos de industrialização capitalista, acontece sempre o alongamento da jornada. Jornadas longas não são exclusivas das revoluções industriais pioneiras, não são um passado histórico. Mesmo nos dias atuais, segundo dados da OCDE e do OIT, o tempo de trabalho vem se elevando inclusive nos países do núcleo orgânico do capitalismo.

A variável jornada máxima depende da capacidade média das pessoas suportarem o trabalho sem afetar, de forma sensível, as condições de saúde, produção e reprodução das condições vitais. Aqui, também, as industrializações foram os momentos históricos onde as jornadas tenderam para um máximo. Não há, na historiografia econômica, nenhum registro de jornadas maiores (considerando-se a média social) do que nos períodos febris de industrialização.

O último componente relevante da curva é a redução da jornada de trabalho. Também neste caso, a historiografia comprova que depois de submetidos ao alongamento máximo do dia de trabalho, os trabalhadores reagem num esforço de salvar suas propriedades corpóreas e mentais de uma brutal depreciação acelerada. A luta é política, pois só nesta esfera é possível garantir a conservação e o relativo prolongamento da própria vida.

A experiência histórica mostra que não há uma redução absoluta e linear da jornada de trabalho, como festejam alguns sociólogos desta área, como, por exemplo, MASI (2000). O que se despreza é a própria lógica de funcionamento do capitalismo. Havia sim uma tendência à redução da jornada nos países da OCDE, mas ocorreu uma reversão a partir dos anos oitenta com repercussões nos noventa do Século XX. As causas mais próximas do novo alongamento foi a vitória da ortodoxia neoliberal.

A questão é que o prolongamento da jornada de trabalho, apesar de ocorrer, não é o meio mais eficaz para se extrair uma quantidade maior de mais-valor. É necessário investigar o que ocorre com o grau de intensidade e a produtividade. A última é resultado de incrementos tecnológicos e organizacionais que elevam o grau de exploração sem aumentar o consumo da força de trabalho, sem aumentar o nível de dissipação das energias do trabalhador. Geralmente, tal mecanismo passa despercebido à maioria dos trabalhadores.. Por outro lado, o aumento da intensidade é relativo ao incremento no consumo diário da força de trabalho.

Pode-se, então, contextualizar teoricamente situações onde se combinam os três métodos de valorização do tempo-valor, ou seja: (a) aumento da intensidade combinado com aumento da produtividade, isto significa baixo nível de resistência da classe trabalhadora; (b) aumento da produtividade sem aumento da intensidade, implicando resistência dos trabalhadores ao desgaste acelerado da força de trabalho; (c) elevação da intensidade sem aumento da produtividade, comum nos períodos de forte reestruturação produtiva, com ou sem baixas incorporações tecnológicas; (d) o alongamento da jornada só é compatível com a intensificação do consumo da força de trabalho, pois coloca em risco a própria sobrevivência do trabalhador, o que não significa que não tenha ocorrido, aliás, sempre que as condições de oferta da força de trabalho foram desfavoráveis frente à demanda e/ou o Estado capitalista se coloca abertamente em defesa de sua classe, tal combinação ocorre.

5. Palavras Finais

Muito se fala em sociedade do ócio quando se deve falar de sociedade do desemprego, do subemprego, da informalidade e do superemprego (da força de trabalho), além das políticas públicas compensatórias que tantas vezes se transformam em “emprego” de massas de seres

humanos excedentes para o capital. Na verdade, há sempre uma penalidade iminente que é de exclusão de todos os que estão fora do padrão temporal estabelecido pelo poder dominante.

Enfim, aos homens que não é possível o ajustamento ao tempo-valor, resta-lhe a desaprovação da sociedade e a falência moral e econômica, a não ser que fique à margem da sociedade e dispense o tempo e o relógio, continuando discriminado como vagabundo e pária social. Se aceita as regras do jogo, então o tempo passa a ser o grande Senhor. O dia parece curto demais, as refeições são rápidas e algumas vezes em pé, o sono é curto, de pequena duração, parte do tempo é perdido em meios de transportes desconfortáveis, superlotados e lentos. Por sua vez, as tensões do tempo-trabalho causam distúrbios e consome a existência.

A vitória da burguesia é a vitória do tempo profundamente histórico, e também do tempo-valor, porque ele é o tempo da produção econômica em todos os sentidos. O tempo irreversível da produção é, antes de tudo, a medida das mercadorias, logo o tempo do capital. Assim, pois, o tempo que se afirma oficialmente em toda a extensão do mundo como o tempo geral da sociedade é tempo-valor.

As diversas e sucessivas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorreram desde a crise e superação do feudalismo até a completa dominância da sociedade capitalista, criaram a necessidade de tempos diferentes para a adequada contextualização histórica, e para cada tipo de problema a ser investigado. Assim, existem as temporalidades longa, estrutural, milenar que sustentam os processos de longa duração, as temporalidades média, conjuntural, secular ou semi-secular e as temporalidades curtas, ou seja, factual, anual ou quase que diária. A economia, por exemplo, deve ser investigada nos três padrões de temporalidades.

A grande questão que envolveu a estruturação da sociedade industrial foi de como tratar o não-trabalho. As horas ociosas dos trabalhadores, foram preocupação constante não só dos capitalistas, mas de outros agentes ideológicos do capital como os padres. Afinal como administrar o tempo livre associado à não-produtividade. Para Thompson, no capitalismo todo o tempo deve ser consumido, utilizado, seria absurdo que os trabalhadores deixem o tempo passar deixando ociosa a força de trabalho. Os controles do ócio e do trabalho são uma só coisa. Por outro lado, o controle individual é também coletivo. Com a passagem, no final do século XIX, do

capitalismo concorrencial para o monopolista, e, com o avanço da racionalização dos processos: taylorismo, fordismo, toyotismo, produção flexível e just-in-time. o tempo passa a ser elemento imprescindível na coordenação e integração de todas relações sociais, visto que o número de atividades a serem sincronizadas é sempre crescente e exige maior complexidade.

O fenômeno mais recente é de aceleração do tempo. De repente o rock tornou-se uma música mundial, os estudantes “assaltaram os céus em 1968”, a URSS ruiu e o capitalismo na sua crise de mais longa duração mostra sua incapacidade de resolver os reais problemas humanos. Com uma certa interpretação e aplicação “*D’a volta do acontecimento*” a história passa a sofrer de “presentismo”. A imprensa faz história, ao mesmo tempo em que vulgariza, dramatiza e deforma os fatos: Hotel Ruanda vem para a sala de jantar, mas não seria aquilo uma ficção? Deve ser verdade, mas está muito longe. Será que morreu toda diacronia, e a sociedade tornou-se sincrônica? Qual o verdadeiro significado da obsessão pelo controle do tempo? Onde levará uma sociedade praticante de uma voraz cronofagia?

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Contraponto, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, P. *A cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF e NORA, P. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1979.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MASI, Domenico de. *O Ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

NORA, Pierre. “O retorno do fato” in Le Goff e Nora, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROSSO, Sadi Dal. *A Jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTR, 1996.

ROSSO, Sadi Dal. *O debate sobre a redução da Jornada de Trabalho*. São Paulo: ABET, 1998. (Coleção Mercado de Trabalho).

ROSSO, Sadi Dal. *Mais trabalho*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2008 (Coleção Mundo do Trabalho)

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. In: *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITROW, G. J. *O Tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.